

Agência baixa *rating* de Portugal e força PS e PSD a entender-se sobre o PEC

Douglas Renwick, analista da Fitch, diz ao PÚBLICO que “se as alterações necessárias ao esforço de consolidação não forem aprovadas, o *rating* de Portugal pode ser ainda mais afectado”

● A Fitch, uma das três principais agências de notação financeira internacionais, cumpriu uma ameaça que já vinha do ano passado e cortou o *rating* atribuído a Portugal, passando-

o de AA para AA-. Ao mesmo tempo, manteve a ameaça de que novos cortes podem vir a surgir no futuro, se houver sinais de desentendimento político em torno do objectivo de con-

solidação orçamental. Ontem, altos dirigentes do PS e do PSD tentavam a todo o custo um consenso mínimo sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, que hoje será votado na

AR. O PSD deverá abster-se na votação. No comunicado emitido ontem, a Fitch diz que a principal razão para a deterioração da notação de risco está na fraca perspectiva de crescimento

da economia. Apesar do PEC ser considerado “creível”, um cenário de crescimento lento pode provocar, num futuro próximo, dificuldades às finanças públicas. → Destaque, 2 a 6



Fitch corta rating português e condiciona debate do PEC

Agência avisa que desacordo político pode provocar novos cortes no rating. PS e PSD negociam voto favorável no PEC

Sérgio Anibal e Nuno Simas

● No dia em que, na Assembleia da República, se realiza o debate sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), a pressão dos mercados sobre Portugal não podia ter ficado mais evidente, com uma nova descida do rating português a ser concretizada e outros cortes a serem antecipados. Neste cenário, PS e PSD parecem forçados a procurar um entendimento.

A mensagem dos mercados foi transmitida, desta vez, pela Fitch, uma das três principais agências de notação financeira internacionais. Cumprindo uma ameaça que já vinha do ano passado, cortou o rating atribuído a Portugal, passando-o de AA para AA-. Ao mesmo tempo, manteve a ameaça de que novos cortes podem vir a surgir no futuro, não deixando de salientar que, se houver sinais de desentendimento político em torno



Manuela Ferreira Leite foi uma das destinatárias do aviso que o responsável da Fitch pela notação de Portugal emitiu

do objectivo de consolidação orçamental, esta ameaça será rapidamente concretizada.

No comunicado emitido ontem, a Fitch diz que a principal razão para a deterioração da notação de risco está na perspectiva de crescimento muito fraco da economia. E assim, apesar de o PEC ser considerado "credível", um cenário a prazo de crescimento persistentemente lento pode provocar, num futuro próximo - especialmente em 2012 e 2013 - renovadas dificuldades às finanças públicas, já que as receitas poderão não crescer à velocidade desejada.

Nesta conjuntura, a Fitch está ainda a contar que haja um mínimo de entendimento político em relação às medidas de austeridade que considera necessárias tomar. Em declarações ao PÚBLICO, Douglas Renwick, o analista da Fitch responsável pela decisão de baixar o rating a Portugal faz

questão de frisar que "no cenário base [da Fitch], os dois principais partidos políticos em Portugal conseguem chegar a um acordo relativamente às medidas de consolidação orçamental". E deixa um aviso: "Se, a determinada altura, se tornar claro que as alterações na legislação necessárias ao esforço de consolidação não vão ser aprovadas, o nosso rating pode ser ainda mais afectado."

Teixeira dos Santos não perdeu a oportunidade de usar a decisão tomada pela Fitch para transferir a pressão que é exercida pelos mercados sobre o Governo para os partidos da oposição. O ministro não teve mesmo dúvidas em afirmar que está nas mãos da oposição evitar que as agências de notação financeira reduzam ainda mais o rating de Portugal e apelou aos partidos políticos para que haja "um amplo consenso" em torno do PEC.

"Espero que a Assembleia da República sinalize claramente que Portugal tem condições para levar a cabo a política delineada no PEC, afastando essa hipótese de uma vez por todas", frisou Teixeira dos Santos.

Espera-se a todo o momento que as outras duas grandes agências - Standard & Poor's e Moody's - divulguem as suas decisões sobre o rating português, que, tudo indica, podem vir a ser semelhantes à da Fitch.

Incerteza no Parlamento

Seja pela pressão dos mercados, seja pela pressão do ministro das Finanças, o que é certo é que ontem foi um dia de tensão e incerteza para PS e PSD. De manhã o chumbo do projecto de resolução de apoio às medidas do PEC era admitido, com preocupação, na direcção da bancada socialista.

Ao fim da tarde, e passadas umas quantas reuniões entre os dois maiores partidos para tentar salvar a resolução, o clima era mais desanuviado. Embora se mantivesse a pressão sobre Manuela Ferreira Leite, tanto dos candidatos Passos Coelho e Paulo Rangel, que vão amanhã a votos nas directas, como de membros da sua comissão política, para votar contra

Agências de rating estão a dar uma ajuda à estratégia do Governo



O que significa uma descida do rating?

Taxas de juro podem subir para o Estado e também para as empresas, bancos e par...

Mesmo depois de acusadas de terem sido responsáveis pelos excessos cometidos nos mercados antes da eclosão das crises, as agências internacionais de notação financeira continuam a ser capazes de colocar em sérias dificuldades um município, uma grande empresa ou mesmo um Estado.

Por cada descida de rating realizada (como aconteceu ontem com a Fitch em relação a Portugal), um Estado fica, à partida, com mais dificuldades em obter financiamento junto dos mercados internacionais, que passam a exigir taxas mais altas para emprestarem dinheiro.

Um rating é uma classificação atribuída pela agência ao nível de risco associado à atribuição de crédito a uma determinada entidade. E, por isso, ao baixar o rating do Estado português, a Fitch está a dizer a todos os investidores

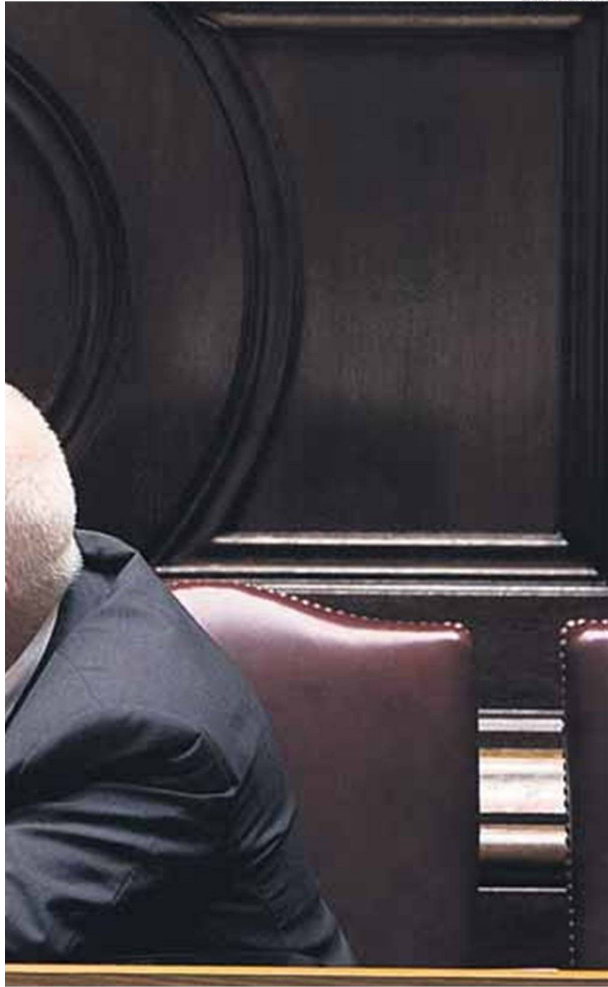
Ratings na zona euro

País	Fitch	País	Moody's	País	S&P
Austria	AAA	Austria	Aaa	Austria	AAA
Finlandia	AAA	Finlandia	Aaa	Finlandia	AAA
França	AAA	França	Aaa	França	AAA
Alemanha	AAA	Alemanha	Aaa	Alemanha	AAA
Luxemburgo	AAA	Luxemburgo	Aaa	Luxemburgo	AAA
Holanda	AAA	Holanda	Aaa	Holanda	AAA
Espanha	AAA	Espanha	Aaa	Bélgica	AA+
Bélgica	AA+	Bélgica	Aa1	Espanha	AA+
Eslovénia	AA	Irlanda	Aa1	Irlanda	AA
Chipre	AA-	Chipre	Aa3	Eslovénia	AA
Irlanda	AA-	Itália	Aa2	Chipre	A+
Itália	AA-	Portugal	Aa2	Itália	A+
Portugal	AA-	Eslovénia	Aa2	Portugal	A+
Malta	A+	Malta	A1	Eslováquia	A+
Eslováquia	A+	Eslováquia	A1	Malta	A
Grécia	BBB+	Grécia	A2	Grécia	BBB+

Fonte: Bloomberg



ENRICH VIVES-RUBIO



Austeridade faz regressar crispação à AR

Cenários de crise política estão de volta

Nuno Simas

● O fantasma da instabilidade política pairou ontem no Palácio de S. Bento. Na véspera da votação da resolução do PS sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que hoje é debatido no Parlamento, os socialistas deram sinais de grande preocupação com as resistências no PSD ao texto. O “não” é abertamente defendido pelos candidatos à liderança Pedro Passos Coelho e Paulo Rangel, mas também membros da direcção e deputados fizeram coro pelo voto contra (ver página 10). O PS ainda acredita na abstenção do PSD e não acha necessária nova intervenção presidencial - Cavaco Silva já pediu aos partidos para ajudarem a aperfeiçoar o PEC.

Na reunião da bancada “laranja”, Manuela Ferreira Leite esteve sob pressão e não excluiu liminarmente o cenário do voto contra, embora a decisão tenha sido adiada para hoje. E será hoje também que vão continuar as negociações entre PS, Governo e PSD, iniciadas ontem, para alterar o texto.

Até se chegar à negociação, que envolveu Francisco Assis, líder parlamentar do PS, Agostinho Branquinho, vice-presidente da bancada do PSD, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lácio, o ambiente foi de grande tensão. Com o cenário de chumbo da resolução de apoio ao PEC em cima da mesa, dirigentes do PS admitiam ao PÚBLICO que seria “um problema grave” para José Sócrates. O programa não é votado pelos deputados, mas o chumbo da resolução teria efeitos políticos internos

e nos mercados internacionais. Um deputado socialista admitia mesmo que, com um voto contra do maior partido da oposição, o PSD estava “a esquecer a governabilidade”.

As consequências de um chumbo da resolução do PEC são, para já, tema tabu entre os socialistas. Mas a hipótese de apresentar uma moção de confiança era um cenário admitido implicitamente. Assis, por exemplo, não aceitou ontem falar do assunto e respondeu com um “não sei” se o chumbo ditaria a queda do executivo.

A verdade é que o dia no Parlamento foi longo e tenso. De manhã, o PS entregou o texto da resolução quando o PSD estava reunido e ouviram-se deputados como Pacheco Pereira, Pedro Rodrigues, líder da JSD, dois apoiantes de Rangel, e a independen-

te Maria José Nogueira Pinto sugerir o voto contra. Aguiar-Branco, líder parlamentar, candidato e favorável à abstenção, ainda sugeriu que fosse dado um mandato à direcção para decidir, mas José Luís Arnaut propôs nova reunião para hoje. Segundo relatos feitos ao PÚBLICO, António Preto fez um discurso pela abstenção, alertando para as consequências de um chumbo.

Mas se há divisões no PSD, a bancada do PS proporcionou uma longa noite de “interrogatório” sobre o PEC ao ministro Teixeira dos Santos. Ana Catarina Mendes, Vera Jardim, Duarte Cordeiro (líder da JS) e Maria de Belém expuseram as suas dúvidas. Catarina Mendes, por exemplo, questionou os tectos nas prestações sociais. João Galamba voltou ao tema da taxa de mais-valias.



Francisco Assis esteve envolvido nas negociações com o PSD

ticulares

que comprar as obrigações do Tesouro nacionais é agora mais arriscado e que o melhor é pedir taxas de juro mais elevadas. E não se pense que só o financiamento do Estado é que é afectado. As outras empresas portuguesas e os bancos - que dependem do crédito dado pelos mercados - também são afectados por tabela. E o resultado é que, logo a seguir, os *spreads* dos empréstimos concedidos a particulares também são mais altos.

Neste perigoso jogo dos *ratings*, Portugal está na parte de baixo da tabela da zona euro. Ainda assim, a uma distância confortável da Grécia, que já perdeu o *rating A* da Fitch e da Standard & Poor's. O suficiente para ajudar a colocar Atenas perante o risco de não conseguir obter financiamento nos mercados e a ter de pedir ajuda aos seus parceiros da União. **Sérgio Aníbal**

o texto, o ambiente desanuviou-se ao fim do dia. Apesar de uma grande dose de incerteza, fontes da direcção do PS admitiam a possibilidade de o texto, afinal de contas, passar. Com a ansiada abstenção dos sociais-democratas - CDS, PCP e BE já anunciaram que vão votar contra. Depois de reuniões com a direcção da bancada do PSD, os socialistas admitiam agora que as sugestões feitas pelo PSD ao texto da resolução eram razoáveis.

A maior incerteza era mesmo se um acordo para a resolução - que tem de ter o OK de José Sócrates e Ferreira Leite - teria ou não condições de passar na reunião dos deputados do PSD, hoje pela manhã. As reservas eram grandes. Deputados apoiantes de Rangel admitiam que, no limite, fosse pedida uma votação... sobre o sentido de voto.

No texto da resolução socialista, um dos maiores obstáculos, da parte dos críticos no PSD, era a referência ao investimento público, que o mesmo é dizer às obras públicas, além da importância dada no texto da resolução às reformas previstas no PEC de 2010-2013, incluindo a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental. **com Raquel Martins**

Impactes no IRS ainda por esclarecer

Medidas podem entrar em vigor já este ano

João Ramos de Almeida

● Os impactos das medidas do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) já se farão sentir este ano. Depois de o Orçamento do Estado de 2010 contemplar um conjunto de medidas de contenção de gastos na função pública, é possível que o Governo venha a antecipar a aplicação das medidas anunciadas no PEC que estavam apontadas para 2011.

O PEC é bastante vago quer quanto à aplicação das medidas, quer quanto ao momento da sua aplicação. Ontem, o ministro das Finanças admitiu que poderia aplicar, já em 2010, a tributação em 20 por cento das mais-valias mobiliárias. Mas nesse quadro - resumo do PEC já se prevê para 2011 uma receita fiscal de 0,14 por cento do PIB, o que prenuncia a sua aplicação às mais-valias geradas em 2010. Mas, por exemplo, continua sem se saber - apesar da insistência do PÚBLICO junto do Ministério das

Finanças - se essa tributação se fará sobre a totalidade dos contribuintes beneficiários de mais-valias ou apenas da minoria dos contribuintes residentes. Ou se haverá um mecanismo de retenção na fonte que permitiria ter efeitos já em 2010.

Do mesmo modo, quanto às deduções fiscais. O congelamento da dedução específica será aplicado aos rendimentos de 2009? Ou quais os limites para o uso das deduções e dos benefícios fiscais? As tabelas de retenção do IRS a aplicar em 2010 - e que ainda se desconhecem - já reflectem as medidas anunciadas? Sabe-se que o Orçamento da Segurança Social vai contribuir desde 2011 para pagar o dé-

fice orçamental ao estabelecer limites de transferências do Orçamento do Estado para as contas da Previdência relativamente às prestações não contributivas. Mas será que não poderá acontecer ainda este ano?

O Ministério das Finanças não tem respondido a nenhuma destas questões e a forma de aplicação da grande maioria das medidas está - na prática - ainda em aberto.

Hoje são votados apenas projectos de resolução sobre o PEC. Trata-se, antes de tudo, de um exercício de política. A aplicação do PEC passará depois por disposições legais previstas nos diversos orçamentos de Estado durante o período de vigência do PEC, em cada ano e carecendo de renovação no orçamento seguinte. Ou será feita através de diplomas avulsos. Por isso, é de admitir que o Governo possa adoptar ainda este ano algumas medidas e que a sua concretização legal pode ir além do anunciado.

2011 Só no próximo ano a generalidade das medidas previstas no programa entrarão em vigor



O PEC visto à lupa - poupança em milhões de euros em 2013

O cenário macro-económico do programa

Crescimento PIB



Taxa desemprego



Dívida Pública (em % do PIB)



Défice Público (em % do PIB)



Cortes na despesa

Corte nas despesas com pessoal

Nos próximos três anos, a palavra de ordem nos serviços e empresas públicas é contenção salarial. Este ano, os funcionários públicos não foram aumentados e entre 2011 e 2013 a actualização será sempre abaixo da taxa de inflação. O recrutamento de novos trabalhadores vai ser mais difícil, já que apenas se permite a contratação de um funcionário por cada dois que saem. Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, já admitiu que em alguns casos a regra pode ser ainda mais apertada.

1155,4

Redução das despesas sociais

Prestações sociais não contributivas como o abono de família ou a acção social escolar ficam congeladas até 2013. Prevê-se uma redução das verbas destinadas ao rendimento social de inserção e os critérios de atribuição serão mais rígidos. Mudam também as regras do subsídio de desemprego. Este ano os desempregados já serão obrigados a aceitar um emprego por um salário mais baixo do que até aqui. O valor do subsídio também será menor.

1008,7

Controlo das despesas da saúde

O Governo refere alterações ao controlo interno e aplicação de modelos de contratualização e mecanismos de incentivos nas entidades do SNS. Sem dar pormenores, prevê mudanças na política de medicamentos, prescrição electrónica e meios complementares de diagnóstico.

715,2

Receita

256,7

Taxação das mais-valias

As mais-valias superiores a 500 euros, geradas pela venda de bens mobiliários, passam a ser tributadas à taxa de 20 por cento. Contudo, a proposta não está incluída no Orçamento do Estado e a sua concretização foi adiada para os próximos anos devido à recessão. Oito deputados socialistas já entregaram uma declaração de voto no Parlamento em protesto contra a decisão do Governo.

476,8

Deduções à colecta e benefícios fiscais

Uma das medidas mais gravosas é o congelamento da dedução específica de IRS. O PEC fixa um limite para deduções e benefícios numa % do rendimento (não especifica nem o limite nem a %), e abrange quase metade das deduções (saúde, educação e habitação). O PEC prevê ainda o corte dos benefícios com seguros de vida e o agravamento fiscal com remunerações acessórias em IRS e IRC.

128,3

Corte na redução específica de IRS para pensões acima dos 22.500 euros anuais

O congelamento da dedução específica de IRS vai afectar, em 2011, os pensionistas de baixas pensões. Para as pensões acima de 22.500 euros anuais, fixa-se a mesma dedução, de 6000 para 4105 euros.

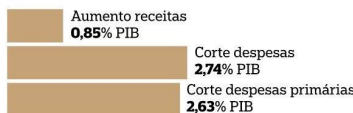
678,5

Alargamento da base contributiva do IRS a 45 por cento

Quem tem rendimentos superiores a 150 mil euros anuais terá, em 2011, uma taxa de IRS mais alta, de 45 por cento. Por outro lado, será feito um alargamento da base contributiva da Segurança Social, passando a ser tributados rendimentos como ajudas de custo ou viaturas, que já faziam descontos em sede de IRS.

Os grandes números do PEC

As poupanças esperadas em 2013



Poupança atribuída à receita

1540,5

Total da poupança

6529,1

Poupança atribuível à despesa

5006,8

FONTE: PEC

Convergência da idade da reforma na função pública com regime geral

A idade legal da reforma dos funcionários públicos passa para os 65 anos (era 60) entre 2012 e 2013. A penalização das reformas antecipadas é, agora, de seis por cento por cada ano de antecipação, quando até então a taxa de redução aplicada às pensões era de 4,5 por cento. Muda também a remuneração que serve de base ao cálculo da pensão dos funcionários que entraram no Estado até Agosto de 1993: passa a ser considerado o último salário de 2005, revalorizado à taxa de inflação, e não o último salário actual, o que levará a que em alguns casos as reformas sejam mais baixas e noutras mais elevadas.

128,3

Corte nas despesas com estudos, pareceres e consultoria

Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tectos para as despesas em *outsourcing*, com projectos, estudos, pareceres e consultoria (90 milhões de euros por ano) e para as despesas com material militar. Os fornecedores serão os mais afectados.

366,8

Redução no pagamento dos juros por abate na despesa pública da parcela das privatizações

Com as operações de privatizações o Governo quer controlar a dívida pública e pagar menos juro. As empresas podem ter uma oportunidade de negócio com a alienação de participações do Estado.

183,4

Congelamento das obras públicas

O Governo decidiu suspender o TGV Lisboa-Porto e entre Porto e Vigo, medida que só terá impacto em termos de diminuição de despesa a partir de 2012. Para além disso, deixa cair o lançamento de cinco novas subconcessões da Estradas de Portugal e fez cair o investimento público a níveis de 2008 (menos 2,3 mil milhões de euros).

1467,2



PEC vai contra promessas eleitorais do Partido Socialista

Leonete Botelho

O alvo preferencial do PEC são as prestações sociais. No programa do PS para as últimas legislativas a protecção social estava no centro das preocupações

● Mais e melhores apoios sociais, aumento progressivo dos salários, uma política keinesiana de investimentos públicos como a melhor forma de combate à crise, zero de aumento de impostos. Foi com um programa eleitoral assente nestes vectores que o PS se bateu com o PSD nas últimas legislativas - e ganhou. Seis meses depois, uma boa parte destas promessas é deitada fora e não é de estranhar, por isso, o descontentamento que nas últimas duas semanas se vai ouvindo, à esquerda e à direita, mas também dentro de portas. A ala esquerda do PS zanga-se com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e uma leitura comparada entre este documento e o programa escrito há menos de um ano fala por si.

Se o objectivo número um do PEC é conter a despesa, o alvo preferencial escolhido foram as prestações sociais. No programa eleitoral garantia-se que "a protecção social está no centro das preocupações e das propostas do Partido Socialista", sendo os dois primeiros objectivos "prosseguir e reforçar o combate às desigualdades sociais" e "continuar a reforçar o sistema público de segurança social, de modo a garantir a protecção na velhice, invalidez, doença ou desemprego". Mas o PEC começa por determinar a "definição de um tecto de despesa para as prestações sem base contributiva".

O PEC prevê a eliminação do prolongamento do subsídio de desemprego

MANUEL ROBERTO



Na prática, o Governo estipulou o congelamento de todas as prestações não-contributivas - como o rendimento social de inserção, o complemento solidário para idosos, as pensões sociais e o subsídio social de desemprego -, uma vez que o indigente de apoio social, que determina os aumentos destas prestações, fica inalterado até 2013. Portas denunciou que tal significaria que nem as pensões mínimas seriam actualizadas de acordo com a inflação, mas o Governo apressou-se em desmentir

esta afirmação, garantindo que estas não serão abrangidas.

O PEC prevê também a eliminação das medidas temporárias anticrise de apoio social, em que se inclui o prolongamento do subsídio de desemprego. E embora não o diga, abandona à partida a promessa de criação de "um novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos". Ao definir-se um tecto para a transferência do OE para a Segurança Social para prestações não-contributivas, dificilmente o Governo poderá cumprir as

promessas de reforço dos abonos de família das famílias monoparentais, de aumento extraordinário do abono das famílias com dois ou mais filhos ou do maior apoio aos idosos beneficiários do complemento solidário para idosos.

Nos apoios sociais, o que sai reforçado é a promessa de "prosseguir o combate à utilização abusiva de apoios e recursos públicos, designadamente reforçando os mecanismos legais de inibição dos comportamentos fraudulentos perante a segurança social".

Foi uma das grandes batalhas eleitorais das legislativas: os dois maiores partidos digladiaram-se sobre a oportunidade dos investimentos públicos, com o PSD a defender travão a fundo no TGV e o PS a garantir a concretização da Rede de Alta Velocidade "ligando Portugal à Europa e dando coesão ao eixo económico Corunha-Setúbal, concretizando as linhas Porto-Vigo e Lisboa-Madrid até 2013 e a linha Lisboa-Porto até 2015". Em termos de investimentos, é aqui, nas ligações Lisboa-Porto e Porto-Vigo que o PEC trava a fundo, adiando-as por dois anos. Mas a redução do peso das despesas de capital em 2,9% do PIB deixa transparecer que o investimento público será refreado em toda a linha.

O documento-síntese do PEC deixa também claro que todo o esforço de "melhoria sustentada dos salários" prometido no programa eleitoral é substituído até 2013 por uma "política de forte contenção salarial", leia-se congelamento dos salários na função pública. Já no plano fiscal não se pode dizer que o Governo esteja a romper com as promessas feitas: o que pode é ser discutível se a "limitação equitativa" das deduções e benefícios fiscais prevista no PEC vá de facto ser a "redistribuição" e "favorecer a classe média", como preconizava o PS antes das eleições. A taxação das mais-valias mobiliárias também estava prevista no programa eleitoral, mas não se suspeitava que pudesse atingir os 20 por cento.

Surpresa total para o eleitor é a taxa extraordinária de 45 por cento de IRS para rendimentos superiores a 150 mil euros/ano: o programa eleitoral previa a reforma do IRS mas sem aumento de receita fiscal, ou seja, zero de aumento de impostos.

Foi você que pediu um programa de "sacrifícios"?

Opinião



Manuel Carvalho

● As preces aos "sacrifícios" ganharam peso no léxico político nos últimos anos. Sem "sacrifícios", diziam muitos, ou sem coragem para os aplicar, insistiam outros, jamais se inverteria a agonia das contas públicas nem se resgataria o futuro do país. Quando o Governo apresentou o seu Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013 e se soube que milhares de funcionários públicos teriam de viver com os seus rendimentos

congelados nos próximos anos, que reformados com pensões mais altas perderiam parte dos seus privilégios fiscais ou que a classe média fora chamada a pagar a sério os custos da crise, pensou-se que, finalmente, essas suas preces tinham sido ouvidas. E que os seus mentores teriam finalmente razão para exultar.

Puro engano. Fazendo lembrar o referendo à regionalização de 1998, em que muitos zelosos defensores do "sim" passaram para o lado do "não" porque, por conveniência táctica, se tornaram contra "aquela" regionalização, os que andam há anos a apelar aos sacrifícios vêm agora dizer que, afinal, o que pediam não eram estes, mas "outros" sacrifícios. Quais, ao certo, ninguém ainda percebeu, mas neste vaivém pouco interessa a coerência de princípios ou a sugestão de alternativas. Fazendo lembrar os

velhos anarquistas espanhóis, se há PEC, eles estão contra.

Percebe-se que o PCP e o Bloco de Esquerda abominem o PEC. Ou que muitos sectores do PS o recusem, já que com este programa o socialismo volta a ser metido na gaveta. Quem passou a vida a cultivar os valores de uma certa esquerda não pode aprovar sem um nó no peito cortes nas prestações sociais ou a privatização de empresas sensíveis. Percebe-se também que o PSD e o PP rejeitem o programa, apesar de a genética do PEC estar muito mais próxima dos seus ideais do que dos do PS. E percebe-se por que quem abraçar o programa vai ter de pagar a fação nas próximas eleições.

Como se o mundo tivesse ficado de pernas para o ar, até os que durante anos, com pedagogia e perseverança, andaram a pregar a virtude do sacrifício desertaram

para o outro lado da barricada do PEC. Ver muitos destes protagonistas que abundam no PSD e no PP, ou nas colunas dos jornais, a voltar a página ao seu próprio pensamento faz pensar. Ou talvez não. As teorias doem quando se aplicam a pessoas concretas. São sempre os mesmos a pagar a factura? Pois, em Portugal ou em qualquer país europeu é a classe média que paga a máquina estatal. É um insulto cortar nas prestações sociais? Sim, é, mas como se pode reduzir a despesa pública se não se cortar uma fatia do bolo que representa 42 por cento dos gastos fixos do Estado? E onde está o crescimento do PEC?, perguntam outros. Os ortodoxos do rigor fiscal, os que sempre advogaram os sacrifícios, sabem: o controlo da despesa pública e o abaixamento dos custos do factor trabalho trazem competitividade à economia. Se

a Alemanha tem hoje excedentes e o desemprego controlado, é porque andou dez anos a travar os custos do trabalho, dirão.

A verdade é que um PEC assim, que nos obriga a olhar de frente o péssimo estado do país, nunca poderia ser "sexy". O eleitoralismo não se dá bem com a austeridade. Um PEC assim, vindo deste Governo que há poucos meses vendia o paraíso à beira-mar plantado, é ainda mais difícil de engolir. Mas há um dado que temos de reconhecer: nunca, desde que o FMI aterrou na Portela, em 1983, se impôs aos portugueses uma tão extensa lista de sacrifícios como com este PEC. Quem os andou a pedir anos a fio pode celebrar. Este programa é-lhes dedicado. Não fica bem ficar associado a coisas antipáticas, pois não? Mas bem pior é ter uma cara para cada circunstância.



Especialistas analisam o melhor e o pior do PEC

Congelamento das prestações sociais é a medida mais criticada

José Reis
Economista

O pior O congelamento dos salários e das prestações sociais são medidas que José Reis considera negativas, por incidirem de forma "desigual" e "injusta" nos rendimentos mais desprotegidos. O professor da Faculdade de Economia de Coimbra critica ainda as privatizações e a aposta "ingénua" nas exportações. Em alternativa, gostaria que o Governo estivesse menos preocupado com a redução do défice e mais empenhado "na criação de riqueza e de emprego". A banca também deveria ser chamada a contribuir.

O melhor O novo escalão do IRS e a intenção de taxar as mais-valias bolsistas são, para José Reis, "medidas acertadas e que dão um sinal de que os sacrifícios devem ser distribuídos por todos".

Manuela Arcanjo
Ex-secretária de Estado do Orçamento

O pior A ex-secretária de Estado do Orçamento de António Guterres considera "inaceitável que um PEC do PS" limite as despesas com prestações sociais. "O

Governo admite excluir pessoas que têm direito às prestações, o que é gravíssimo", alerta. Se tivesse que tomar decisões num momento como este, Manuela Arcanjo admitiria rever alguns dos benefícios fiscais e, em vez de reduzir o investimento público, apostaria em analisar os encargos das parcerias público-privadas.

O melhor O congelamento dos salários e das pensões são medidas que ninguém gosta de tomar, mas "inevitáveis", dada a necessidade de reduzir o défice de 9,3 por cento do PIB para valores abaixo dos três por cento, admite Manuela Arcanjo.

António Saraiva,
Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa

O pior O presidente da Confederação da Indústria Portuguesa gostaria que as medidas incidissem mais na reforma da administração pública, na redução do peso do Estado na economia e houvesse uma aposta clara no apoio às empresas.

O melhor A tentativa de estabilizar as contas públicas

é para António Saraiva um dos pontos fortes do PEC, mas coloca reticências à forma como o Governo o faz. "Gostaríamos que as medidas fossem mais audazes, sob pena de em 2013 estarmos com os mesmos problemas", adianta.

Carlos Pereira da Silva
Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão

O pior O congelamento das prestações sociais é a medida mais criticada pelo economista. Se tivesse que assumir o papel do ministro das Finanças, Pereira da Silva tomaria medidas na área fiscal, para evitar mexer nos gastos com prestações sociais. Além disso, apostaria num acordo com os parceiros sociais para travar as perdas de postos de trabalho. "Financiava as empresas viáveis para tentar fomentar o crescimento económico e evitar a redução das contribuições para a Segurança Social", acrescenta.

O melhor Carlos Pereira da Silva tem dificuldade em encontrar no PEC medidas que assinaria por baixo. "Na área social, as medidas são todas restritivas. Mas se não há congelamento das pensões mais baixas, já não é tão mau".

Vasco Valdez
Ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

O pior "São as pessoas de médios e baixos rendimentos que vão suportar a crise", critica Vasco Valdez. Exemplo disso é a "travagem" nas prestações sociais, como é o caso do subsídio de desemprego. Ao nível fiscal o antigo governante não aceita que a nova taxa de 45 por cento do IRS incida sobre rendimentos médios, em vez de se criar "uma taxa mais elevada, de 50 ou 60 por cento, para salários milionários".

O melhor O adiamento da construção do TGV por dois anos é a medida que considera mais acertada. "Não sou contra o TGV, mas Portugal não tem condições neste momento para avançar com este projecto", justifica o antigo secretário de Estado.

Rogério Fernandes Ferreira
Fiscalista

O pior O PEC não tem medidas de fundo e continua a apostar no aumento da receita fiscal, quando a redução do défice deveria "resultar de uma maior diminuição da despesa pública", alerta o

fiscalista, que receia que a nova taxa de IRS tenha efeitos reduzidos ao nível das receitas.

O melhor Embora concorde com a tributação das mais-valias, Fernandes Ferreira defende que ela deveria processar-se de forma diferente. Quanto ao plafonamento dos benefícios fiscais, "a medida deveria ser acompanhada de uma análise aos benefícios que faz sentido manter".

João Bilhim
Responsável pelo Programa de Reestruturação do Estado

O pior A falta de "equidade" é uma das principais críticas que João Bilhim faz ao PEC. Este especialista em Administração Pública defende que o Governo devia ter estendido as medidas de contenção a todas as empresas e sociedades anónimas, "sem qualquer excepção".

O melhor A aceleração da idade da reforma na função pública é uma das medidas que Bilhim considera positivas. O congelamento de salários também não lhe merece reparos, desde que se mantenham os prémios de desempenho. **Raquel Martins**

Negociações continuavam ontem num impasse

Zona euro continua às voltas com a ajuda à Grécia

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Presidente do Conselho Europeu continuava sem conseguir uma reunião dos 16 países do euro antes da cimeira de hoje

● A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (BCE) voltaram ontem a defender a definição de uma solução rápida, e europeia, para o problema do financiamento da dívida da Grécia, mas as negociações entre os Governos permaneciam ontem à noite num impasse.

A incerteza sobre o desfecho das negociações intensas que prosseguiam ontem à noite corre o risco de dominar a cimeira de líderes dos Vinte e Sete, que arranca ao fim da tarde, em Bruxelas.

Herman Van Rompuy, presidente do Conselho Europeu, não tinha conseguido ao fim do dia um acordo dos Governos para convocar uma cimeira dos 16 países do euro imediatamente para o princípio da tarde, como chegou a ponderar, para resolver o problema grego antes do encontro dos Vinte e Sete, de modo

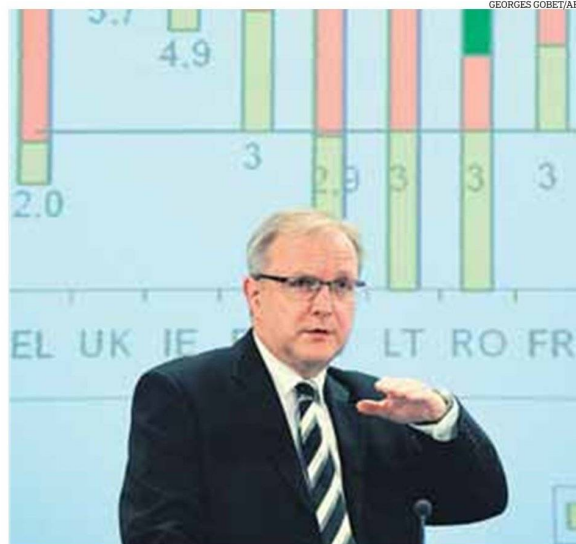
a permitir-lhes concentrar-se, como previsto, na estratégia económica da UE a médio e longo prazo.

As dificuldades são provocadas sobretudo pela Alemanha, que resiste a uma ajuda europeia destinada a permitir à Grécia refinar uma parte da dívida pública a taxas de juro aceitáveis e não superiores ao dobro do valor que é pedido à Alemanha.

A solução que está em estudo prevê a possibilidade de empréstimos bilaterais e voluntários dos países do euro, mas a Alemanha, que enfrenta uma forte oposição interna a essa eventualidade, quer dar um papel central no processo ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Vários outros países, porém, e o Banco Central Europeu hesitam, preferindo limitar o FMI a um papel subsidiário praticamente limitado à assistência técnica.

"Se recorrermos ao FMI, o euro daria uma imagem de uma moeda que só pode sobreviver graças à ajuda de uma organização internacional na qual os europeus não têm a maioria e onde os americanos e os asiáticos têm cada vez mais influência", defende Lorenzo Bini Smaghi, membro do comité executivo do BCE numa entrevista que será hoje publi-



Oli Rehn, comissário europeu para os Assuntos Económicos

cada no semanário alemão *Die Zeit*. Angela Merkel, chanceler alemã, resiste, igualmente, à tomada de qualquer decisão concreta antes

das eleições cruciais no populoso e economicamente influente Estado da Renânia do Norte-Vestefália, no início de Maio, em que joga a sua

maioria na câmara alta do Parlamento alemão. E, de todos os modos, Berlim condiciona a sua anuência a qualquer ajuda à Grécia ao reforço dos mecanismos de disciplina orçamental dos países do euro. Em concreto através de sanções, como a suspensão dos direitos de voto dos países incumpridores.

Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, manteve ontem a pressão dos últimos dias sobre Merkel para uma decisão rápida.

"É apropriado agora criar no seio da zona euro um instrumento para uma acção coordenada que poderia ser usado para ajudar a Grécia em caso de necessidade", afirmou ao Parlamento Europeu, frisando que o mecanismo deverá adoptar a forma de uma "rede de segurança para ser usada apenas se todos os outros meios para evitar uma crise tiverem sido esgotados". "Criar um tal mecanismo é também uma questão de responsabilidade e solidariedade" face à Grécia, que "está a fazer um esforço económico" de austeridade. Ao apoiar estes esforços, a zona euro está "não apenas a ajudar a Grécia, mas igualmente a estabilidade de totalidade da zona euro", frisou Durão Barroso.